

243 Congresso reabre às 14h para votar lei orçamentária

Brasília — Wilson Pedrosa

BRASÍLIA — Acatando decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso reabre hoje às 14h para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que o presidente do Senado, Nelson Carneiro, havia remetido ao Executivo sem a apreciação dos parlamentares, exigida pela Constituição. Nelson, a quem cabe presidir as sessões do Congresso em reuniões conjuntas de deputados e senadores —, decidirá se a liminar concedida pelo presidente do STF, José Néri da Silveira, ao mandado de segurança impetrado pelos líderes oposicionistas também interrompe o recesso da Câmara dos Deputados e do Senado.

Na sexta-feira passada, a oposição obstruiu a votação da LDO, numa manobra cujo objetivo era forçar o Senado a apreciar o projeto de lei salarial, já aprovado na Câmara. Usando como arma a determinação constitucional, que exige a apreciação da LDO pelo Congresso, a oposição pretendia prolongar os trabalhos pelo mês de julho, consagrado ao recesso parlamentar. Para anular a manobra, o senador Nelson Carneiro alegou que o dispositivo da Constituição não estava regulamentado e deu início ao recesso, devolvendo o projeto da LDO ao Executivo.

No Planalto — Até o final da tarde de ontem, o projeto da LDO continuava no Palácio do Planalto, para onde fora remetido na véspera pelo senador Nelson Carneiro. A devolução ao Congresso depende de ofício do presidente do Senado, que não estava em Brasília e informava que tinha dificuldade para encontrar vaga nos vôos para a capital. Durante todo o dia, centenas de parlamentares entraram em contato com o secretário-geral da Mesa do Congresso, Nerione Cardoso, para saber se de fato deveriam estar hoje em Brasília.



Nelson volta a Brasília

Se o senador Nelson Carneiro entender que a liminar determinou a interrupção do recesso apenas para a votação da LDO, somente este projeto constará da pauta da sessão das 14h ou das próximas, na hipótese de hoje não haver número suficiente de parlamentares para votação. Votada a LDO, os congressistas retornarão a seus estados. Com isso, ficarão para agosto, quando termina o recesso, a apreciação de mais de 50 vetos presidenciais e de projetos que foram aprovados pela Câmara mas não chegaram a ser apreciados pelo Senado na sexta-feira passada, quando o senador Nelson Carneiro determinou o início do recesso parlamentar.

Mesmo que a interpretação de Nelson seja pelo funcionamento das duas casas do Legislativo até o final da votação da LDO, Câmara e Senado só farão sessões na próxima sema-

na. Entre os projetos mais importantes que aguardam votação no Senado estão o da lei salarial, que cria mecanismos automáticos de reajustes salariais e repõe as perdas provocadas pela inflação dos últimos meses; o da lei anti-sequestro, que modifica os Códigos Penais e de Processo Civil, estabelecendo penas superiores a 30 anos de prisão para sequestradores.

Projetos — Caso o recesso seja interrompido, o Senado terá de votar também o Código de Defesa do Consumidor e Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social — pelo qual cerca de 12 milhões de aposentados e pensionistas terão seus proventos mensais elevados de meio salário-mínimo para um salário-mínimo, e a contribuição do Finsocial, recolhida sobre o faturamento das empresas, passará de 1,2% para 2%. O Plano de Custeio e Benefícios, por causa do aumento de despesas, e a lei salarial, por causa da reindexação da economia, são os projetos que enfrentam maiores resistências na área do governo.

Se o senador Nelson Carneiro decidir que a Câmara e o Senado deverão continuar em recesso, poderá criar novo atrito com os líderes dos partidos de oposição. O deputado Valdo Barbosa, vice-líder do PDT, distribuiu uma nota no final da tarde de ontem, acusando o presidente do Senado de pretender “impedir a votação do projeto de política salarial” e reafirmou a disposição do partido de continuar obstruindo a votação da LDO. “Nós pretendemos votar o projeto de política salarial antes da apreciação da LDO e solicitaremos a convocação da Câmara e do Senado para apreciação desta matéria. Só votamos a LDO após a votação da política salarial”, ameaçou.